

TEORIA CRÍTICA E DECOLONIALISMO: de Horkheimer a Quijano

Critical Theory and Decolonialism: From Horkheimer to Quijano

Gustavo Henrique Chaves Messias¹

Resumo

O presente artigo pretende apresentar a primeira geração do Instituto para Pesquisa Social, analisando o artigo “Teoria Crítica e Teoria Tradicional”, de Max Horkheimer e o surgimento do giro decolonial latino-americano através da análise do artigo “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, de Aníbal Quijano. Para tanto, realiza revisão bibliográfica sob um olhar sociológico, afastando-se das análises puramente filosóficas que permeiam os textos, principalmente a Teoria Crítica, que reserva uma abordagem especial para a filosofia na pesquisa social. Em igual raciocínio, se esquia de análises econômicas, como a teoria do valor, tão caras aos marxistas e à primeira geração da Teoria Crítica, ou a análise do capital, também presente na obra de Quijano. É certo que ambas correntes de pensamento primam pela interdisciplinaridade, o que torna qualquer análise purista inviável e até contraditória, logo, a intenção é apenas dar enfoque ao campo da sociologia, recorrendo às demais ciências sempre que imprescindíveis à compreensão da abordagem. Apesar do dissenso, é possível identificar pontos de contato nas duas correntes, possibilitando uma aproximação de seus teóricos e praxis.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Decolonialismo. Emancipação.

¹ Graduado em Direito, Pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado e Mestrando em Sociologia. E-mail: gustavochaveasm@gmail.com

Abstract

The article intends to present the first generation of the Institute for Social Research, analyzing the article "Critical Theory and Traditional Theory", by Max Horkheimer and the emergence of the Latin American decolonial turn through the analysis of the article "Coloniality of power, Eurocentrism and Latin America", by Aníbal Quijano. To do so, it carries out a bibliographic review from a sociological point of view, moving away from the purely philosophical analyzes that permeate the texts, especially the Critical Theory, which reserves a special approach to philosophy in social research. In the same reasoning, he avoids economic analyses, such as the theory of value, so dear to Marxists and the first generation of Critical Theory, or the analysis of capital, also present in Quijano's work. It is true that both currents of thought excel in interdisciplinarity, which makes any purist analysis unfeasible and even contradictory, so the intention is only to focus on the field of sociology, resorting to other sciences whenever essential to understanding the approach. Despite the disagreement, it is possible to identify points of contact in the two currents, allowing an approximation of their theorists and praxis.

Key words: Critical Theory. Decolonialism. Emancipation.

INTRODUÇÃO

A Teoria Crítica surgida na Europa nos anos 20 do século passado propunha o engajamento político e científico do pesquisador em defesa da classe trabalhadora em oposição aos detentores dos meios de produção. Surgido 40 anos depois, o pensamento pós-colonial da América Latina, bem como suas vertentes, como o decolonialismo, parte do mesmo pressuposto do papel da ciência e do pesquisador, entretanto, afasta-se do contexto europeu, da vanguarda do capitalismo ocidental, negando a universalidade pretendida pelos teóricos críticos e situando-se na América Latina, em países periféricos ao capitalismo. Diante disso, se buscará traçar linhas das duas correntes de pensamento científico em seus pontos de contato e de distinção.

Sob influência marxista, a primeira geração da Teoria Crítica enxergava a ciência social como uma possível ferramenta de enfrentamento das estruturas dominantes do capitalismo ocidental, de forma que o teórico crítico teria um papel fundamental e delimitado nesse processo, amparando os atores políticos com o saber científico que alie teoria e prática na arena política dividida em classes opostas e conflituosas. Para apresentar os fundamentos principais e tentar localizar epistemologicamente a Teoria Crítica será utilizado o texto de Max Horkheimer, “Teoria tradicional e Teoria Crítica”, que foi um marco para a pesquisa social crítica.

O giro decolonial tem como ancoragem basilar a negação da narrativa imperialista da Europa como criadores e herdeiros da filosofia grega e história romana, culturas que condicionariam a supremacia europeia na história mundial (DUSSEL, 2005). Afastando ainda mais de suas antigas metrópoles, a crítica do decolonialismo se insurge contra a historicidade linear obrigatória e inevitável de desenvolvimento imposta pelo atlântico norte e propõe configurações e alternativas próprias para os países da América Latina.

As duas correntes de pensamento propõem enxergar a realidade de forma distinta daquela narrada pela sociedade burguesa, posicionando-se como resistência à esse modelo de organização social. Apesar disso, seus teóricos tecem diagnósticos e soluções distintas, que podem gerar dubiedades sem o devido cotejo teórico. A Teoria Crítica pretende atualizar e dar continuidade à ciência do operário desenvolvido por Marx e Engels, vendo a luta de classes como um conflito a ser superado junto com a sociedade burguesa no sentido de emancipação da humanidade. O decolonialismo investe contra a narrativa de superioridade europeia surgida no período colonial e reputa existir emancipação para o “terceiro mundo” somente em um projeto distante daquele apresentado pelo Ocidente.

Para tanto, o primeiro capítulo será dedicado à Teoria Crítica, apresentando um breve panorama do contexto histórico e social da criação do Instituto para Pesquisa Social e análise do texto clássico de Horkheimer, “Teoria Crítica e Teoria Tradicional”, de 1937, pedra angular da pesquisa crítica. O segundo momento será destinado ao decolonialismo. Inicialmente serão descritos os principais grupos de estudo que deram origem às pesquisas direcionadas aos países de terceiro mundo, os estudos pós-coloniais. Em seguida, será apresentado o artigo de Aníbal Quijano, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, de 2005. Por fim, as duas correntes de pensamento serão discutidas, buscando apontar suas possíveis conexões teóricas e suas divergências insuperáveis.

TEORIA CRÍTICA

A Teoria Crítica tem seu nascituro no Instituto para Pesquisa Social, fundado em 1924, em Frankfurt, na Alemanha, durante a República de Weimar. A primeira geração do Instituto foi composta por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Franz Neumann, dentre outros. O conturbado período político na Alemanha com a ascensão do nazismo em 1933 compeliu aos pesquisadores migrarem o Instituto para Geneva naquele ano e depois para Nova York, retornando a Frankfurt apenas em 1951.

O termo “geração” é alvo de debates na academia, tendo em vista a dificuldade em definir exatamente o que é a Teoria Crítica e ainda dividi-la por gerações. Primeiro porque o instituto manteve certa flexibilidade quanto aos métodos de pesquisa a serem praticados pelos cientistas e o contrário seria incoerente, em razão da característica de interdisciplinaridade da teoria, o que torna qualquer rigidez metodológica contraproducente:

(...) é um termo ao qual falta precisão substantiva. A Teoria Crítica nunca foi uma filosofia plenamente articulada que os membros do Instituto aplicassem de modo idêntico. Esta era mais um conjunto de suposições que eles partilhavam e que distinguia suas abordagens da teoria burguesa, “tradicional” (BUCK-MORSS *apud* FLECK, 2017, p. 103).

Não obstante a isso, a Teoria Crítica tem um ancoramento unificador, que é a pesquisa socio normativa sobre as desigualdades sociais produzidas pelo modo capitalista de produção, suas consequências para os indivíduos e o *telos* emancipatório da teoria, sua principal característica. Esse amplo objeto de estudo gera uma segunda dificuldade para delimitá-la:

A Teoria Crítica nunca foi apresentada ‘em si’ por seu fundador, mas sempre no quadro de debates (frequentemente polêmicos) com outras teorias, com outras correntes intelectuais e políticas lidando cada vez com uma situação social concreta. Por isso é absolutamente impossível vincular o pensamento de Horkheimer a um conteúdo dogmático determinado cujo sentido se encontraria esgotado por teses claramente formuladas. A Teoria Crítica é antes a ‘experiência’ intelectual das vicissitudes deste século (SCHIMIDT *apud* FLECK, 2017, p. 103).

Em vista disso, segundo Fleck, foram desenvolvidas distintas correntes para definir o que seria a Teoria Crítica, que são: a genealógica, a institucional e a metodológica. A primeira, com caráter purista, entende que apenas os membros do Instituto para Pesquisa Social são teóricos críticos e “consiste em buscar, nos textos fundadores desta tradição, um elemento ou um conjunto de elementos que confeririam uma identidade a tal tradição” (FLECK, 2017, p. 107). Para outra corrente, todos os membros das quatro gerações do Instituto são teóricos críticos, “assim, o critério para saber se estamos ou não diante de uma Teoria Crítica seria simplesmente o de ver a filiação institucional do teórico” (FLECK, 2017, p. 106).

Já a adotada para o presente artigo defende que qualquer estudo crítico deve manter o espírito criado pela primeira geração, independente de fazer parte diretamente do Instituto, com sua percepção de negação do projeto de modernidade burguesa e proposição da emancipação das classes oprimidos, do contrário, a pesquisa não é crítica e está atrelada ao tradicionalismo epistêmico. Nesse sentido argumenta Robert Antônio que “a Teoria Crítica não é uma teoria geral, mas antes um método de análise”, consistindo em “um meio de detectar as contradições sociais que oferecem as possibilidades mais determinadas para transformação social emancipatória” (*apud* FLECK. 2017, p. 108).

Dessa forma, para se poder apresentar a Teoria Crítica, basta expor seus primeiros fundamentos e princípios, sendo o legado de Marx e Engels o primeiro deles. Para os teóricos críticos, o marxismo desvendou as nuances do capitalismo, explicando desde seu nascimento, funcionamento, formas de expansão, suas contradições internas com a geração imanente de desigualdade social e como se daria sua derrocada. Para alcançar esse desiderato o marxismo desenvolveu uma teoria social voltada para os trabalhadores e seu método científico, o materialismo histórico dialético:

Parte significativa do projeto da Teoria Crítica em suas primeiras décadas pode ser compreendida a partir da necessidade de atualizar o diagnóstico marxiano, isto é, de perceber quais foram as principais alterações que ocorreram na sociedade ao longo das seis décadas passadas desde que *O Capital* havia sido escrito (FLECK, 2017, p. 102).

Após seis décadas desde que Marx e Engels analisaram a sociedade capitalista europeia, suas constatações precisariam ser revistas e atualizadas para um novo contexto social de produção, uma nova abordagem socioeconômica. Nos âmbitos nacionais, o capitalismo concorrencial perdeu espaço para o capitalismo

monopolista, agora comandando por “magnatas industriais” (HORKHEIMER, 1975, p. 157), encerrando a guerra de preços do período anterior e as conquistas trabalhistas apaziguaram os conflitos de classes, aproximando patrões e empregados e deixando a revolução operária distante das análises. Ainda assim, as bases da abordagem epistêmica e teórica do marxismo se alteraram ligeiramente diante de uma sociedade ainda dividida em classes, sendo uma detentora dos meios de produção e outra apenas da sua força de trabalho:

A consciência da Teoria Crítica se baseia no fato de que, apesar das mudanças da sociedade, permanece a sua estrutura econômica fundamental — a relação de classe na sua figura mais simples — e com isso a idéia da supressão dessa sociedade permanece idêntica. Os traços decisivos do seu conteúdo, condicionados por este fato, não sofrem alterações antes da transformação histórica (HORKHEIMER, 1975, p. 157).

Diante desse panorama, a Teoria Crítica dá seguimento à visão marxista de transformação social, se posicionando como uma ciência do operário com um novo olhar historicamente posicionado dos pesquisadores de Frankfurt, preocupados com o papel dos intelectuais e da ciência, além de novas abordagens interdisciplinares, inclusive da nascente psicanálise, que foi especialmente discutida entre os pesquisadores:

Em outras palavras: as transformações sociais não estavam contidas apenas no terreno econômico e nem podiam ser compreendidas como epifenômenos causados por fatores econômicos. Para mencionar apenas uma das principais alterações, a classe trabalhadora tinha perdido, aos olhos de tais teóricos, seu caráter opositor e mesmo irreconciliável com a sociedade capitalista (passando, por conseguinte, a estar integrada nela), e para compreender como isto ocorreu é fundamental a análise da transformação mercantil da esfera da cultura, em outras palavras, da indústria cultural; assim como o recurso à psicanálise freudiana, em especial por seu conceito de “identificação com o agressor”, crucial para entender o “enigma da docilidade”

da classe trabalhadora que agia de forma contrária àquilo que seriam os seus interesses racionais (FLECK, 2017, p. 102).

A interdisciplinaridade da Teoria Crítica ao lançar mão de abordagens distintas da econômica não se traduz em desprestígio da economia na pesquisa social, que mantém seu lugar cativo desde Marx e Engels, principalmente nos escritos de Pollock. A inclusão de estudos culturais e da psicanálise são incrementos às discussões sobre o capital e o trabalho.

MAX HORKHEIMER

Horkheimer (1895-1973) foi diretor do Instituto para Pesquisa Social de 1930 a 1951, transformando o instituto de marxista ortodoxo para a crítica social heterodoxa e também aproximou o materialismo histórico da psicanálise freudiana. Com a publicação do artigo “Teoria Crítica e Teoria Tradicional” em 1937, Horkheimer dá o pontapé inicial nos princípios, objetivos e método da teoria socionormativa que denominou Crítica, em contraponto ao que ele nomeia de teoria tradicional, que estaria atrelada à ciência produzida pela classe burguesa e em defesa do modo de produção capitalista.

O artigo tem um intuito propedêutico e aponta vários elementos que devem compor uma pesquisa crítica. Horkheimer defende que a teoria tradicional não deve ser completamente ignorada ou abandonada, mas superada por uma abordagem crítica e que tenha condições de emancipar a sociedade. Em vista disso, a obra de Horkheimer é tanto uma análise da pesquisa tradicional quanto apresentação da Teoria Crítica, realizando a contraposição das duas vertentes epistemológicas. A obra de Horkheimer é comumente dividida em dois momentos, os primeiros escritos elaborados na década de 30 e o modelo da década de 40 em diante (NOBRE, 2006, p.

36), de forma que as análises apresentadas aqui se referem à primeira fase do filósofo.

Em seus fundamentos, a teoria tradicional privilegia a existência de poucos princípios gerais ou universais, que são capazes de alcançar os resultados almejados através da dedução cartesiana e de operações lógico-matemáticas (HORKHEIMER, 1975, p. 149). É um modelo tecnicamente bem sucedido que dá maior ênfase ao material empírico em detrimento do saber teórico, apartando a teoria de qualquer saber situado historicamente. Esse movimento de separação da teoria tradicional das questões sociais transforma-a em uma categoria coisificada, ideológica (HORKHEIMER, 1975, p. 129), visto que projeta uma falsa neutralidade da ciência e do cientista social. Isso demonstra a característica marcante da teoria tradicional que é a sua instrumentalidade enquanto ciência voltada para o desenvolvimento dos meios de produção, pois o pensamento teórico que não tenha interesses militares ou industriais é descartado (HORKHEIMER, 1975, p. 136), tema que viria a se tornar central para Adorno e Horkheimer ao analisar a razão instrumental.

Por sua vez, a Teoria Crítica defende que novas descobertas científicas só são possíveis através da conexão com os processos sociais reais (HORKHEIMER, 1975, p. 129). Nesse ponto Horkheimer deixa claro suas bases marxistas ao afirmar que “o cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso” (HORKHEIMER, 1975, p. 131). Somado a isso, a economia e a categoria “trabalho” têm patamar privilegiado para a pesquisa, revelando a vertente materialista da pesquisa social, em oposição ao idealismo da teoria tradicional.

Em resposta ao ahistoricismo da *intelligentsia* liberal, com o desenvolvimento de uma camada social de intelectuais especial ou

supra-social com entendimentos abstratos da sociedade, Horkheimer propõe a eliminação da separação entre indivíduo e sociedade, de forma que a divisão do trabalho e de classes advém da ação humana, não sendo dados naturalmente estabelecidos (1975, p. 138). Nesse sentido que Horkheimer afirma não existir teoria social que não inclua interesses políticos em que a formação do teórico seja determinante. Ora, adverte, “a vanguarda necessita de perspicácia para a luta política e não de lições acadêmicas sobre a sua pretensa posição social” (1975, p. 149). Esses interesses políticos, mesmo que negados ou desconhecidos pelo teórico tradicional, tem influência direta na pesquisa social, a começar pela própria estrutura da ciência moderna positivista, que se isola em ramificações e especializações. Essa divisão parte de um individualismo liberal que não compreende as relações sociais enquanto estruturadas no trabalho e nas relações entre classes, por isso está fadada a fracassar em sua análise. É nesse sentido a crítica de Adorno ao positivismo sociológico:

A própria maneira em que ele [pesquisador] definirá seus conceitos influenciará de forma decisiva sua pesquisa e os resultados dela. Desse ponto de vista, não somente a sociologia nunca é *wertfrei*, mas o próprio sociólogo escolhe os temas de sua pesquisa e as categorias descritivas, das quais ele pretende utilizar-se, sempre com base em uma posição que está marcada por certos valores e interesses (PINZANI, 2017, p. 64).

Horkheimer então direciona as proposições sacionormativas aos intelectuais que adotem/reconheçam a ciência do operário para compreensão da realidade e conduzam sua práxis seguindo seus princípios. É nesse ponto que o marxismo é expandido além de uma teoria voltada para a classe revolucionária e alcança novos ares, inevitavelmente pessimistas. Esse novo olhar é resultado das condições sociais europeias observadas pelo pesquisador na primeira metade do século XX, resultado do desenvolvimento de diversas camadas

econômicas e novos mecanismos psicossociais de dominação que neutralizaram a resistência do movimento operário e impossibilitaram qualquer transformação profunda da realidade:

Mas nesta sociedade tampouco a situação do proletariado constitui garantia para a gnose correta. Por mais que sofra na própria carne o absurdo da continuação da miséria e do aumento, da injustiça, a diferenciação de sua estrutura social estimulada de cima, e a oposição dos interesses pessoal e de classe, superadas apenas em momentos excepcionais, impede que o proletariado adquira imediatamente consciência disso (HORKHEIMER, 1975, p. 143).

Diante desse quadro, Horkheimer alerta que o intelectual que apenas se adaptou às reivindicações das massas, sem opor-se momentaneamente e apresentar seus próprios pensamentos, ou seja, seguir a ortodoxia marxista predominante nos primeiros anos do Instituto, cai em pessimismo e niilismo diante de suas derrotas (1975, p. 143). Afastando-se do paradoxo aventado, a função da Teoria Crítica diante de um contexto de completa dominação é possibilitar a tensão entre teórico e classe, que possibilite dinamicidade entre ambos (HORKHEIMER, 1975, p. 144). Sem essa tensão, não seria necessária a teoria, “ela seria algo espontâneo naqueles que dela necessitassem” (HORKHEIMER, 1975, p. 148).

No entanto, o filósofo já faz um alerta das dificuldades políticas encontradas pelo teórico crítico, reflexo do que Horkheimer já havia presenciado na Alemanha nazista. Por buscar a transformação da sociedade burguesa, contrariando o modo de pensar dominante que permite a continuidade do passado favorecendo os interesses da ordem estabelecida, a Teoria Crítica é tida como especulativa, partidária, injusta, quando não, inútil, e o teórico crítico um criminoso, utopista, com trabalho inacabado (HORKHEIMER, 1975, p. 146-147). A hostilização também parte do meio acadêmico em virtude da revolução científica que a Teoria Crítica propõe ao romper com a divisão

entre sujeito e objeto, entre pensar e ser, um dualismo cartesiano adequado à natureza e à sociedade burguesa que retira a autonomia do cientista (HORKHEIMER, 1975).

O filósofo encerra o artigo proclamando que uma teoria que se contenta com a separação entre pensamento e ação, já renunciou a humanidade, por isso o futuro depende da existência do comportamento crítico e dos seus interesses em suprimir a dominação de classe (HORKHEIMER, 1975, p. 162).

DECOLONIALISMO

O decolonialismo é uma ramificação do pós-colonialismo que, ainda mais indefinido que a Teoria Crítica, pode ser identificado, historicamente, como o período posterior as descolonizações ocorridas no século XIX, na América Latina e após o fim da Segunda Guerra Mundial, na África e Ásia e, teoricamente, como as contribuições científicas que têm como foco estudar o “terceiro mundo” ou o “sul pobre” e têm início nos EUA e Inglaterra na década de 1960.

Partindo dos estudos pós-estruturais, desconstrutivistas e pós-modernos, o pós-colonialismo almeja descentralizar o sujeito contemporâneo, predominantemente europeu e ocidental, e mirar uma crítica epistemológica nas concepções dominantes da modernidade (COSTA *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 90). Sobre esse primeiro momento:

Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Dessa forma, ele não é prerrogativa de autores diaspóricos ou colonizados das universidades periféricas (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Seguindo as influências do pós-colonialismo, um movimento epistêmico, intelectual e político toma corpo na década de 1970 no sul asiático, liderado por um dissidente do marxismo indiano, Ranajit Guha, denominado Grupo de Estudos Subalternos. A concepção de subalternidade, de origem gramsciana, é compreendida como “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p. 93). Esses estudos se espalharam além do território indiano através do artigo “Pode o subalterno falar?”, de 1985, da indiana Gayatri Chakravorty Spivak, que criticava de forma radical as práticas intelectuais do pós-colonialismo ao adotarem como porta vozes sujeitos distintos dos próprios subalternos:

Nesse caso, o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo. Para a autora, não só o subalterno não pode falar como também o intelectual pós-colonial não pode fazer isso por ele (BALLESTRIN, 2013, p. 93).

Paralelo a isso, estudos culturais e literários nos EUA e Inglaterra foram influenciados pelo debate pós-colonial. Autores como Stuart Hall foram amplamente traduzidos para o português e exerceram largo prestígio nas ciências sociais brasileiras. Tais influências possibilitaram o surgimento em 1992 de estudos subalternos latino-americanos, tendo como marco a obra do sociólogo peruano Aníbal Quijano, “Colonialidad y modernidad-racionalidad”, e a fundação do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, nos EUA, com um “Manifesto inaugural”:

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na

América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Tradução de BALLESTRIN, 2013, p. 94).

Porém, a proximidade dos estudos subalternos “originais” a pensadores europeus criou divergências entre os estudiosos latino-americanos, que, além de buscarem uma ruptura radical com a *episteme* do norte, não identificavam as especificidades da história da América Latina no debate. Na ocasião, liderados por Walter D Mignolo em 1998, uma minoria dos componentes dos subalternos latinos migrou para um novo coletivo, conhecido como Modernidade/Colonialidade (M/C), que censura o antigo grupo: “ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos” (GROSFOGUEL *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 96). A genealogia do grupo é inspirada nos pensamentos de seus principais membros, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Boaventura de Sousa Santos, que inclui:

[a] Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos

noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (ESCOBAR *apud* BALESTRIN, 2013, p. 99).

O conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Quijano, é nuclear nos estudos descoloniais e exprime uma simples constatação: “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALESTRIN, 2013, p. 99). De forma sintética, o giro decolonial é um “movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade do conhecimento científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 69).

ANÍBAL QUIJANO

Aníbal Quijano (1928-2018), sociólogo peruano, foi estudante e professor na Universidade Maior de São Marcos, no Peru. Na década de 1970, foi militante marxista no Movimento Revolucionário Socialista. Gradualmente, se aproximou dos estudos pós-coloniais e foi abandonando o marxismo, até a fundação do Grupo Modernidade/Colonialidade, contribuindo com a formação de todo o pensamento decolonial, principalmente com o conceito de colonialidade.

O texto “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” busca condensar várias categorias, conceitos e análises

desenvolvidas ao longo dos anos que serviram como fundamentos epistemológicos ao Grupo M/C. Nesse sentido, de caráter propedêutico, o texto não tem a preocupação de aprofundar em cada uma das temáticas, mas de apresentá-las, conectando-as, de uma forma que o leitor possa se tornar familiarizado com a proposta em geral.

A primeira preocupação de Quijano (2005) é demonstrar a construção artificial da ideia de raça e como esta foi importante para a dominação da América, moldando todo o projeto de modernidade eurocêntrica que foi imposta ao mundo posteriormente. A premissa é a de que a identificação e diferenciação dos povos entre raças ou cor era inexistente até a colonização americana, não obstante os contatos entre europeus e vários outros povos. A fim de diferenciar-se dos dominados, o colonizador europeu se identifica como sem cor, branco, pertencente a uma raça mais desenvolvida em todos os aspectos possíveis, o europeu, e classifica o dominado com cor (pardo, preto) e inferior racialmente, o indígena, o africano. Essa construção artificial de identidades raciais teve o único propósito de legitimar a exploração colonial:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal (...) (QUIJANO, 2005, p. 107).

A partir dessa estrutura, todas as formas de controle e de exploração do trabalho foram articuladas em torno da relação com o

capital e do mercado mundial, possibilitando o desenvolvimento de uma nova relação de produção entre todos os povos: o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 108). Nesse novo arranjo, a divisão do trabalho passa a ser predominantemente configurada em virtude da raça, relegando as principais funções e o trabalho pago aos brancos (do século XVIII em diante, ao europeu), as funções intermediárias e de servidão aos mestiços e a escravidão aos negros (QUIJANO, 2005). Essa nova tecnologia de dominação, que permitia que “o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada” (QUIJANO, 2005, p. 109) se legitima ao apresentar-se como naturalmente associada. Essa colonialidade do poder fica evidenciada na atualidade com as divergências salariais de raça e gênero.

Convencidos da sua superioridade racial e detendo o controle das relações de produção no restante do mundo através do capital e da exploração do trabalho, os europeus passaram a exercer “diversas operações [etnocêntricas] que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação”, atribuindo novas identidades geoculturais ao restante do mundo (QUIJANO, 2005, p. 110). A classificação racial mundial e o etnocentrismo formaram o alicerce que possibilitou à Europa e ao Ocidente exercerem seu controle mundial nos últimos séculos:

A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajuda a explicar porque os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma

trajetória histórica cuja culminação era a Europa (QUIJANO, 2005, p. 111).

Nesta nova conjuntura, a modernidade e a razão são experiências e criações exclusivamente europeias. Essa modernidade, projetada pela Europa pela primeira vez na história do imperialismo, impôs um sistema uniforme ao restante do mundo, criando um padrão de poder global. Esse formato de dominação não resultou na erradicação das formas heterogêneas da história dos povos dominados em seus próprios domínios, mas a prescrição de práticas sociais comuns para todos, com valores uniformemente irradiados, através de instituições epistêmicas hegemônicas universais que desempenham o papel de modelos intersubjetivos, como o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade (QUIJANO, 2005, p. 113). O europeu teria, então, um papel emancipador mundial, carregando o fardo de modernizar os povos primitivos colonizados:

Imaginando-se como superior ou mais desenvolvida, a partir de sua visão eurocêntrica, a civilização moderna se vê moralmente obrigada a “desenvolver” aqueles que considera primitivos e bárbaros a partir de um modelo de desenvolvimento unilinear que toma a Europa como referência. A violência, apreciada sob o crivo de uma “guerra justa colonial”, torna-se um dispositivo necessário frente os obstáculos encontrados rumo o desenvolvimento, produzindo inúmeras vítimas em nome de um sacrifício emancipador (MATOS JÚNIOR, 2019, p. 28).

CONCLUSÃO

Desde o surgimento, o decolonialismo tem como um dos seus objetivos a desvinculação total de teorias europeias, pela própria essência da pesquisa desenvolvida. No entanto, é inegável a influência exercida pelo pensamento crítico europeu no giro decolonial, que, reconhecendo sua presença, a nega, enquanto teoria marxista, como a

“única utopia radical, crítica e anticapitalista, para o século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 107). Contudo, até mesmo um dos mais veementes críticos “ao que vem do Norte”, Walter Mignolo, admite a relevância de autores, como Marx que, mesmo inseridos na modernidade eurocêntrica, segundo ele, denunciaram o sofrimento humano (BALLESTRIN, 2013, p. 106):

O processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul, no que pese práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias. Ele pode ser lido como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais (Alatas, 2003), na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica (Connell, 2012). Nesse sentido, é revelador que ao esforço de teorização no Brasil e na América Latina caibam os rótulos de “pensamento” e não “teoria” social e política (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

O decolonialismo também não se esquivava de reconhecer os méritos da modernidade europeia, tal como a Teoria Crítica ao reconhecer a importância da teoria tradicional:

Ao ressaltar a face oculta da modernidade – a colonialidade – não se despreza a cosmologia moderna que moldou valores tais quais liberdade, igualdade, democracia ou os direitos humanos ou propõe um saber dos povos do sul contra os saberes produzidos no mundo do norte, mas exige, de um lado, a contextualização das categorias explicativas (e normativas) até então naturalizadas como absolutas, exibindo a necessidade de sua tradução para os novos cenários cujos agentes, portadores de outros repertórios, virão ressignificar seus conteúdos; de outro lado, a crítica pós-colonial verifica, na cosmologia moderna hegemônica, suas contradições, camufladas e desastrosas (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 68).

As duas correntes partem da visão do grupo dominado/subalternizado e ambas direcionam a crítica ao capitalismo,

visando propor uma práxis emancipatória (BALTAR, 2020, p. 38). A Teoria Crítica parte de conceitos totalizantes para compreensão das relações de dominação e aplicam suas categorias na luta de classes, ou seja, entre capitalistas e trabalhadores, num conflito localizado, não dando ênfase ao cenário mundial, enquanto o decolonialismo avalia o sistema-mundo imposto pela Europa em um contexto global de dominação, numa relação que envolve narrativas mundiais entre continentes histórica e socialmente distanciados, mas pouco se interessa pelo conflito classista (DOMINGUES *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 111). Ambas correntes de pensamento criticam o dualismo do pensamento tradicional ou hegemônico, defendendo a noção de uma *episteme* totalizante ou plural, que não separe sujeito e objeto:

O investimento cotidiano numa hermenêutica pluritópica, que não se restringe à academia, mas a atinge, recusará de uma vez por todas o discurso secular da neutralidade científica que serviu, na prática, não à autonomia intelectual se não a uma espúria hierarquização dos centros produtores/receptores de conhecimento bem como ao projeto nocivo de apartação entre sujeito e objeto de pesquisa que, na prática, relegou o último termo à desumanização (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 78).

Quijano se utiliza de conceitos marxistas clássicos da teoria do valor como produção, distribuição, mercadoria e, além disso, orbita suas propostas ao redor de uma premissa cara ao marxismo e à Teoria Crítica, que é a categoria do trabalho como intermediadora das relações sociais. Todavia, o peruano busca ir além dessa constatação da crítica europeia, defendendo que essas relações foram construídas com base na colonialidade do poder:

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial,

pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos (QUIJANO, 2005, p. 109).

Percebe-se que os dois modelos de pensamento têm proximidades importantes, que permitem um diálogo construtivo em prol de um programa comum, a emancipação dos explorados. Apesar disso, e para alguns autores do decolonialismo, as divergências das propostas políticas são insuperáveis, sendo, pois, necessária a existência de múltiplos projetos emancipatórios, sendo aqueles imaginados no solo europeu, como a Teoria Crítica, impraticáveis para a realidade latino-americana:

No que diz respeito à teoria crítica de Frankfurt, Mignolo é do entendimento de que a mesma limitou seu espaço de experiência e seu horizonte de expectativas ao âmbito da história e futuro da Europa. Assim, a emancipação e a teoria crítica da Escola de Frankfurt se conduzem no perfil dos processos revolucionários levados adiante pela burguesia europeia e os criolos de descendência europeia nas américas. A emancipação não pode ser a luz que guie os processos de libertação e descolonização, não pode subsumir estas, mas, pelo contrário, a libertação/descolonialidade é que deve reconfigurar o conceito tradicional de emancipação. A libertação crítica da filosofia e a virada decolonial operam a partir dos espaços de experiências e de expectativas de variados etnos-grupos de distintas partes do planeta e não só da Europa (SOUZA, 2012, p. 07).

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, p. 89 – 117, 2013.

BALTAR, Paula. A Teoria Crítica sob o olhar da decolonialidade. *In* **Tensões Mundiais**, v. 16, n.31, Fortaleza/CE, 2020, p. 21-47.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 24-32.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é Teoria Crítica? **Revista de Filosofia Princípios**, v. 24, n. 44, São Paulo, 2017, p, 97-127, 2017.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e Teoria Crítica**. In *Coleção Os Pensadores XLVIII, Textos Escolhidos*, Rio de Janeiro, 1975.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. A perspectiva das vítimas e a teoria social contemporânea: entre memórias do passado e futuros alternativos. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 2, Porto Alegre, 2019, p. 26-35.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Revista Civitas**, v. 14, n. 1, Porto Alegre/RS, 2014, p. 66-80.

NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas/SP: Papirus, 2006.

PINZANI, Alessandro. Teorias políticas tradicionais e Teoria Crítica. **Lua Nova**, ed. 102, São Paulo, p. 57-97, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 107-130.

SOUZA, João José Veras de. **Emancipação/Libertação e o movimento social do Brasil Contemporâneo a partir da Teoria Crítica Decolonial**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói/RJ, 2012.

Recebido em: 01/09/2021.

Aprovado em: 07/02/2022.